

Margarida confirma ligação da máfia com as subvenções

A CPI do Orçamento conseguiu, ontem, mais uma prova contra o **esquema** de subvenções sociais. Em depoimento à comissão, a ex-ministra da Ação Social no governo Collor, Margarida Procópio, admitiu que as entidades beneficiadas por subvenções do Ministério eram encaminhadas por parlamentares da Comissão Mista do Orçamento. A lista das entidades era entregue à ministra pela Coordenadora de Orçamento e Finanças do Ministério, Iolanda Brasil, citada pelo ex-assessor do Senado, José Carlos Alves dos Santos, como o "contato" do deputado João Alves (sem partido-BA) no Ministério da Ação Social.

Margarida disse que estranhava os valores elevados, mas que não procurava verificar se o dinheiro era corretamente aplicado. Ela afirmou que não se lembrava dos nomes dos parlamentares que encaminhavam a solicitação de liberação de recursos. Os pedidos eram enviados em formulário próprio da Comissão de Orçamento. Parlamentares da Subcomissão de Subvenções Sociais constataram, através das investigações, que 80 por cento das entidades ou prefeituras contempladas com recursos do Ministério da Ação Social — Bem-Estar Social no governo Itamar Franco —, apresentavam irregularidades.

Iolanda Brasil já está sendo investigada pela CPI. Ela teve o sigilo bancário quebrado, depois de ter sido citada por José Carlos. Iolanda foi demitida pelo ex-ministro do Bem-Estar Social, Jutahy Magalhães Júnior, por suspeita de envolvimento em irregularidades. Em seguida, foi contratada pelo ex-ministro da Integração Regional, Alexandre Costa. Margarida contou que Iolanda foi recrutada entre os técnicos remanescentes do extinto Ministério do Interior, antecessor do Ministério da Ação Social.



Margarida: entidades indicadas

FGTS — Margarida rebateu todas as acusações de irregularidades em sua gestão, nos anos de 1990 e 1991, com recursos do FGTS. Ela devolveu a responsabilidade sobre a liberação do dinheiro do Fundo para seus subordinados, o ex-secretário Nacional de Saneamento, Walter Anninchinno e o ex-secretário Nacional de Habitação, Ramon Arnus. Segundo ela, os secretários que davam pareceres técnicos favoráveis à aprovação do financiamento.

A CPI do Orçamento descobriu mais um documento que poderá comprovar a relação da Odebrecht com a máfia do FGTS. Os deputados Robson Tuma (PL-SP) e Moroni Torgan (PSDB-CE) encontraram um papel suspeito no lote achado na casa de Ailton Reis, diretor da empreiteira em Brasília. O documento é uma espécie de carta enviada por algum funcionário de dentro da CPI para Reis, informando-o sobre o andamento do relatório final. O funcionário burlou o comando da CPI, alterando o texto de um dos documentos do relatório final para proteger a empreiteira.